

AS EXPERIÊNCIAS DE REGIONALIZAÇÃO NO BRASIL (III): O CASO DO ESTADO DE SERGIPE.

META

Analisar o processo de organização espacial do Estado de Sergipe como consequência da necessidade de se regionalizar o seu território, seja para fins de dimensionamento de suas características geográficas, seja para uma ação mais eficaz das políticas governamentais.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar as características diferenciadoras de uma regionalização voltada para a compreensão dos elementos geográficos e de uma regionalização voltada para os interesses de aplicação de políticas públicas ou governamentais.

PRÉ-REQUISITO

Os conteúdos das aulas anteriores, principalmente aqueles que tratam do processo evolutivo do conceito de região.



(Fontes: <http://www.softwarepublico.gov.br>)

INTRODUÇÃO

No artigo “Avanços Regionais e o Desafio do Ordenamento Territorial no Brasil”, publicado por um grupo de professores do Departamento de Geografia desta universidade, num dos encontros internacionais de Geografia realizado em terras mexicanas, está posto que a gestão das políticas públicas na fase da República tem sedimentado e setorizado as ações e programas, num processo que foi definido por Moraes (2002: 129) como “balconização do estado”. Neste período ocorre a divisão do país em regiões com fins administrativos ou culturais. E, como já vimos neste livro, a primeira divisão oficial data de 1941, realizada pelo IBGE durante o Estado Novo, governo de Getúlio Vargas.

“O governo federal visava diminuir a autonomia dos Estados e fazer uma integração nacional, a partir do fortalecimento do poder central. As regiões serviriam para basear ações administrativas e estatísticas, formando unidades intermediárias entre o país e os Estados. Esta divisão regional levava em conta, sobretudo, as condições naturais – estrutura geológica, relevo, hidrografia, clima e vegetação natural – mas procurava fazer com que os limites regionais coincidisse com os limites estaduais; cada Estado estaria integrado em uma única região. O Nordeste passou a compreender, de acordo com essa divisão, os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O São Francisco separava o Nordeste do Leste e Sergipe e Bahia estavam integrados no Leste”. (ANDRADE, 1985: 5-6).

A integração regional promovida pelo Estado Brasileiro esteve pautada em dois principais focos: o primeiro, foi consolidar o poder do governo central, e o segundo, promover o desenvolvimento econômico do país, torná-lo uma grande potência econômica mundial a partir da construção do parque industrial centralizado na Região Sudeste, tornando as demais áreas apêndices e complementares a esta.

“Para alcançar os objetivos de um desenvolvimento industrial acelerado e o mais auto-sustentado possível (essa era a tônica da política do Governo Vargas), o Estado priorizou suas políticas públicas e seus investimentos em programas maciços de infra-estrutura, energia e transportes. A entrada em operação da Companhia Siderúrgica Nacional (negociado com os EUA no contexto da guerra) e o Projeto USIMINAS; a criação da PETROBRÁS e da ELETROBRÁS, a Companhia Nacional de Álcalis, etc., são todos empreendimentos diretos do Estado voltados à consolidação de um setor industrial de bens de produção que servisse de alavanca ao desenvolvimento posterior dos demais ramos industriais (bens de consumo duráveis e não duráveis, por exemplo)”.(COSTA, 1991: 51-52).

A partir de então, o Estado torna-se o principal promotor e financiador dos projetos de desenvolvimento, via planejamento regional. Todavia, como esse estava focado em uma área específica, tem-se como resultado um processo interno excludente, a elevação da renda, mas sua concentração entre poucos e as disparidades sociais e econômicas regionais. E isso nos permite concluir que:

“A história econômica recente das regiões brasileiras se confunde com a história do planejamento industrializante, que terminou por estimular uma rápida e violenta oligopolização de nossa economia, e, nesse contexto, acelerou a constituição e consolidação do “mercado interno nacional” (apesar de integrar nele apenas uma pequena parte da população do país). Essas décadas assinalam uma nova forma de funcionamento da economia do país, que passa a operar em bases cada vez menos locais e cada vez mais nacionais”. (ARAÚJO, 2000: 18).

Sendo assim, cada região passa a assumir um papel periférico em relação à grande Região Sudeste e, na Divisão Regional do Trabalho, vai sendo moldada aos poucos para atender ao projeto de consolidação da economia nacional liderado pelos oligopólios e apoiado pelo Estado.

Esta prática relacionada com o Planejamento Regional do Estado Brasileiro foi adotada também pelos Estados distribuídos nas diversas regiões brasileiras e perdura até hoje, mesmo quando estabelecemos o fenômeno da Globalização como algo unificador e derrubador de barreiras, inclusive econômicas. No Estado de Sergipe, como vamos verificar nesta aula, não foi diferente, a prática do desenvolvimento regional tem seguido até hoje os propósitos estabelecidos pelo governo central ou, se assim podemos chamar, pelo Estado Brasileiro (é bom lembrar que programas de governo – inconstantes e temporários – são distintos de políticas de Estado – que devem ser constantes, atemporais e duradouras).

A DIVISÃO TERRITORIAL E REGIONAL DO ESTADO SERGIPE

A partir deste momento, vamos analisar como ocorreu o processo de desenvolvimento no Estado de Sergipe. Como já mencionamos, nosso estado optou, assim como todos os demais estados brasileiros, pelos modelos desenvolvidos pelo Governo Central, levando-nos a acreditar que tal opção teve como finalidade facilitar a captação de recursos para fins de promoção do desenvolvimento local ou estadual. A criação de regiões e sub-regiões segue, no primeiro momento, a orientação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é também o modelo adotado pelo Estado Brasileiro.

Começamos com a reflexão apresentada por Jacques R. Boudeville (in Boletim Geográfico, número 237, Rio de Janeiro: IBGE, Nov./dez., 1973): “o crescimento não surge ao mesmo tempo em todo lugar. Ele se manifesta com intensidades variáveis em pontos ou pólos de crescimento. Ele se espalha por diversos canais com efeitos variáveis no conjunto da economia”. E para verificarmos esse contexto sem muitas dificuldades, basta-nos observar de forma criteriosa o que acontece em nossos municípios, nosso lócus de vivência e experiência, o nosso espaço vivido.

Segundo França (2007: 147-151), para facilitar a administração, os órgãos públicos definem regionalizações, cada uma obedecendo a critérios diversos e baseando-se em interesses específicos. Ao IBGE cabe a tarefa de regionalizar o país em grandes regiões e os estados em meso e microrregiões, a fim de produzir informações que contribuam para o conhecimento da realidade e para o planejamento na busca da solução dos seus problemas.



O Mapa com a divisão regional do IBGE para o Estado de Sergipe.

A partir dessa orientação (IBGE), o Estado de Sergipe define três mesorregiões: Leste Sergipano, Agreste Sergipano e Sertão Sergipano, que podem ser ligeiramente caracterizadas da seguinte forma:

LESTE SERGIPANO:

- compreende a faixa costeira e áreas circunvizinhas e se caracteriza pela maior densidade populacional, resultante da presença da área metropolitana de Aracaju. Além disso, ele se destaca pela atividade industrial, sobretudo a extrativo-mineral, e pela concentração de atividades comerciais e de serviços. Na agricultura destaca-se a produção da cana-de-açúcar, do coco-da-baía e de frutas. Atualmente, é alvo de políticas públicas voltadas para o turismo, sendo grande o seu potencial, em especial nas áreas estuarinas.

AGRESTE SERGIPANO:

- localiza-se entre o Litoral e o Sertão, numa área de transição climática. Destaca-se por apresentar melhor distribuição da terra, com forte presença da pequena propriedade e da população rural. Ainda é grande a diversidade de atividades econômicas: no sul, destacam-se laranja, limão, maracujá, abacaxi e fumo; no centro, sobressaem as culturas de feijão, milho, mandioca e a olericultura, tais como batata doce, inhame, hortaliças; ao norte, destaca-se tanto a pecuária para o corte como a leiteira. Na referida mesorregião, concentra-se a maior parte da população rural de Sergipe, com destaque para os municípios de Lagarto e Itabaiana.

SERTÃO SERGIPANO:

- localiza-se no oeste do Estado, estendendo-se desde o município de Pinhão até Canindé de São Francisco, no extremo noroeste. Caracteriza-se por apresentar clima semiárido, caatinga, solos rasos e grandes propriedades ocupadas com pastagens e lavouras temporárias. Nesta região, a densidade demográfica é mais baixa, em virtude de não apresentar grandes centros urbanos.

- nas últimas décadas, esta região tem sido alvo de movimentos sociais que lutam pela posse e ocupação de terras ociosas, o que tem provocado o surgimento de vários assentamentos rurais e consequentemente o grande parcelamento da terra.

- predomina nessa área a pecuária de corte e a leiteira. Esta última vem se constituindo numa estratégia de sobrevivência do pequeno e médio produtor. Os cultivos alimentícios se destinam ao abastecimento das feiras locais.

- Os projetos de irrigação, criados pelas políticas públicas, têm contribuído para dinamizar algumas áreas desta região, tais como Canindé de São Francisco e Poço Redondo.

Essas mesorregiões, sob orientação do IBGE (Censo Demográfico, 2000), estão subdivididas em treze microrregiões geográficas. São elas: Agreste de Itabaiana (Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita e São Domingos), Agreste de Lagarto (Lagarto e Riachão do Dantas), Aracaju (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão), Baixo Cotinguiba (Carmópolis, General Maynard, Laranjeiras, Maruim, Riachuelo, Rosário do Catete e Santo Amaro

das Brotas), Boquim (Boquim, Arauá, Cristinápolis, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Tomar do Geru e Umbaúba), Carira (Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão e Ribeirópolis), Cotinguiba (Capela, Divina Pastora, Santa Rosa de Lima e Siriri), Estância (Estância, Indiaroba, Itaporanga D’Ajuda e Santa Luzia do Itanhy), Japaratuba (Japaratuba, Japoatã, Pacatuba, Pirambu e São Francisco), Nossa Senhora das Dores (Aquidabã, Cumbe, Malhada dos Bois, Muribeca, Nossa Senhora das Dores e São Miguel do Aleixo), Propriá (Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Neópolis, Nossa Senhora de Lourdes, Propriá, Santana do São Francisco e Telha), Sergipana do Sertão do São Francisco (Canindé de São Francisco, Feira Nova, Gararu, Graccho Cardoso, Itabi, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha) e por fim, Tobias Barreto (Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto).

Como foi frisado anteriormente, interesses diversos são colocados em prática no âmbito governamental. Assim, a atual gestão do Governo Estadual, considerando os propósitos do governo central, coloca em prática uma nova espacialização para o Estado de Sergipe, organizado e comandado pela Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan) e pela Superintendência de Estudos e Pesquisas (Supes), oficializado a partir de 2008. Mediante os interesses do atual governo, assim ficou territorializado o Estado de Sergipe:

a) ALTO SERTÃO SERGIPANO

Localizado no noroeste do Estado de Sergipe, é formado por sete municípios: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha.

b) LESTE SERGIPANO

Localiza-se no leste do estado e é composto por nove municípios: Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri.

c) MÉDIO SERTÃO SERGIPANO

Localizado no centro-norte de Sergipe, é constituído por seis municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores.

d) AGRESTE CENTRAL SERGIPANO

Localiza-se no centro-noroeste do estado e é formado por quatorze municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo.

e) BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO

Localiza-se no nordeste do estado e é constituído também por quatorze municípios: Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de

São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha.

f) GRANDE ARACAJU

Localizada no centro-leste do estado, é formada por nove municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D’Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

g) CENTRO-SUL DE SERGIPE:

Localiza-se no centro-sul de Sergipe e é formado por cinco municípios: Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto.

h) SUL SERGIPANO

Localiza-se no sul do estado e é constituído por onze municípios: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia de Itanh, Tomar do Geru e Umbaúba.



O Mapa com os Territórios de Desenvolvimento do Estado de Sergipe (SEPLAN).

Como foi dito anteriormente, esta divisão foi criada com a finalidade de aplicar de forma mais eficaz as políticas públicas, tanto do governo estadual como no federal. Hoje, fala-se muito da organização espacial brasileira em “TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO” e, assim, foi estabelecida a divisão do Estado de Sergipe na atualidade, conforme a distribuição municipal apresentada nesta aula. Algumas características assemelham-se ao que está posto pelo IBGE nas divisões anteriores de meso e microrregiões.

CONCLUSÃO

O que foi apresentado dá-nos condições para concluir que, mesmo com as colocações feitas sobre a autonomia no ato de regionalizar um determinado território, tecnicamente existem critérios pré-estabelecidos para este fim. Por isso, os interesses particulares não podem se sobrepor aos interesses de uma coletividade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o órgão oficial do Estado Brasileiro responsável pelo estabelecimento desses critérios. Portanto, todas as demais regionalizações partem da gênese regional desse órgão.

Cada povo ou cada governo pode lançar mão de formas e critérios de regionalização de um dado território, mas deve considerar, acima de tudo, as similaridades e as peculiaridades das áreas envolvidas e enquadradas nesse processo. A objetivação desse fato vai proporcionar, inclusive, melhor operacionalização da administração pública.

RESUMO

Podemos elencar de forma resumida as seguintes características:

- a) O Estado de Sergipe, historicamente, acompanha a orientação do IBGE no tocante à forma e aos critérios para fins de regionalização;
- b) Este fato, por si só, evidencia a criação das meso e microrregiões para o estado;
- c) Levando-se em consideração os novos interesses governamentais na atualidade, o estado é dividido em “TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO”, para fins de operacionalização e eficiência das políticas públicas (estaduais e federais), seguindo a orientação do atual governo;
- d) Enfim, mesmo considerando o que foi exposto, não se pode estabelecer um processo de organização do espaço geográfico sem o estabelecimento de critérios coerentes e capazes de favorecer uma coletividade.



ATIVIDADES

Como atividade final, sugerimos a análise dos seguintes filmes:

- Morte e Vida Severina
- Cabra Marcado para Morrer (Eduardo Coutinho)

Depois de assistir a estes filmes, faça uma caracterização geral de cada um deles e relacione os elementos geográficos apresentados com o que foi estudado até este momento. É um exercício bastante interessante.

**COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES**

Como chegamos ao fim deste livro, mas não de seus conteúdos, gostaríamos de recomendar a todos a busca permanente de outras leituras, inclusive daquelas que estão apresentadas nas bibliografias de cada capítulo desta obra.

Ao elaborarmos este material de estudo, procuramos apresentar algumas reflexões que poderão ou não contribuir com a sua formação acadêmica, sem a profundidade necessária. Lançamos mão de pontos básicos para serem analisados e estudados. Alguns desses pontos podem ter ficado obscuros, por isso devem ser pesquisados e aprofundados particularmente ou em equipes. Estude, não fique satisfeito(a) com esse nível de conhecimento, aprofunde-o.

Não se esqueça de entender que este conteúdo é fundamental para a prática da Geografia, desde a antiguidade até a atualidade.

AUTOAVALIAÇÃO

Será que o que estudei até então está facilitando o meu processo de aprendizagem? Será que consegui assimilar os pontos básicos e fundamentais de cada conteúdo apresentado? Será que saberei associar os conteúdos apresentados à realidade vivenciada? Que pontos foram mais significativos para a minha vivência acadêmica até então?



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**, 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 1989.
- _____. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo: Ática, 1988 (Série Princípios).
- ARAÚJO, T.B. de. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e Urgências**. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.
- BEZZI, Meri Lourdes. **REGIÃO; Uma (Re)visão Historiográfica – da Gênese aos Novos Paradigmas**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves e CRUZ, Maria Tereza Souza (organizadoras). **Atlas Escolar de Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa (PB): Editora Grafset, 2007.
- GUIMARÃES, F. de M. S. **Divisão regional do Brasil**, in **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Vol. 3, Número 2, p. 318-371, abril-junho, 1941.
- GUIMARÃES, L. e GALINDO, O., et alii. **O Desenvolvimento Desigual da Economia no Espaço Territorial Brasileiro: décadas de 1970 e 1980**. Rio de Janeiro: FUNDAI/INPSO (Relatório de Pesquisa), 1990.
- MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil (Geografia: Teoria e Realidade: 48, Série “Linha de Frente”)**. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- SERGIPE EM DADOS**, Vol. 8 (2007), Aracaju: SEPLAN/SUPES, 2008 – vol. 9 il.
- VESENTINI, J. William. **Sociedade & Espaço - Geografia Geral e do Brasil**, 43ª Edição. São Paulo: Ática, 2003.